

RELATÓRIO REUNIÃO FÓRUM COORDENADORES PG SC NA CAPES

Dia 10/08/09

Manhã

A reunião teve início com atualização sobre a avaliação na CAPES pela Rita Barradas: Após a saída do Renato Janine Ribeiro, houve uma troca geral dos técnicos dificultando as avaliações de acompanhamento. No entanto, foram realizadas as visitas aos programas para os quais havia recomendação, atendendo também às solicitações dos programas que requisitaram essas visitas à Capes. Além disso, foram cumpridas as metas quanto à realização dos fóruns de coordenadores e a elaboração de propostas para a avaliação dos programas. Toda a informação das reuniões do CTC foi enviada para os programas da área por meio do Fórum.

A Capes recebeu mais de 500 propostas de cursos novos, sendo 14 propostas novas na Saúde Coletiva que estão sendo analisadas pelo CTC. Das analisadas até agora, a maioria foi reprovada.

Em reunião do CTC a ser realizada ainda em agosto será finalizada a avaliação das demais solicitações de programas novos e analisadas as propostas dos critérios para avaliação dos programas em cada área. Após essa etapa, os critérios serão divulgados no site.

Questões colocadas para área da SC:

O número atual de programas representa um limite do número possível, na Saúde Coletiva?

Seria preciso ampliar a formação de docentes na área, antes aumentar o número de programas?

Face ao pequeno número programas em algumas regiões, particularmente na região norte, quais seriam as estratégias para suprir as necessidades regionais?

Início da Programação

Apresentação da avaliação dos programas por membros da Comissão de Avaliação.

Programas nota 3 triênio 2004-2006, apresentado por Margareth Portela (ENSP)

Não se mostraram como pontos problemáticos: corpo docente, participação dos docentes na graduação e inserção social. Pontos que influíram na nota: financiamento, produção científica discente e produção intelectual.

Na discussão foi apontado, pelos coordenadores dos programas analisados, que desde essa avaliação houve maior disponibilidade de recursos através das FAPS, PPSUS, DECIT, dentre outros. Esses recursos têm viabilizado projetos em diversas localidades. Também participação dos programas nos fóruns de coordenadores contribuiu para o avanço e aperfeiçoamento dos programas.

Um dos problemas apontados nas publicações é o número excessivo de publicações em editoras das próprias universidades, ou muito locais.

Foi apontada a dificuldade de estimular o aluno após a conclusão do mestrado para o término e submissão do artigo. Alguns programas têm buscado alternativas como: apresentar a dissertação em forma de artigos científicos; refinar os processos seletivos exigindo a participação em projetos de iniciação científica. Incentivar os alunos a participar em congressos foi considerado uma experiência positiva.

Foi lembrado que quando o programa tem mestrado e doutorado é mais fácil crescer, o que se reflete na estabilidade dos docentes. Como fazer para viabilizar os doutorados é uma questão central. Deve haver estímulo aos docentes para fazer pós-doutorado em outros centros de pesquisa, estimulando a interface com outros grupos.

Foi levantada a necessidade de ampliar o acesso livre aos periódicos. Foi informado pelos representantes na Capes que está em andamento uma negociação com a base Scopus, para que os autores brasileiros tenham acesso livre por 6 meses após a publicação dos artigos, facilitando a pesquisa.

Rita Barradas informou que houve atraso da Capes na conclusão da preparação dos cadernos para consulta, prevista para julho. Será possível corrigir a coleta de 2008, antes do fechamento do triênio e o Coleta Capes já está aberto para 2009, agora é fluxo contínuo.

Tarde

Acompanhamento dos Programas nota 4, por Mariângela Cherchiglia (UFMG) (Apresentação disponível na Biblioteca do Forum).

No geral, observou-se haver boa estrutura nos programas com projetos financiados e disciplinas coerentes. O corpo docente foi considerado como ponto forte, embora com uma grande quantidade de colaboradores. Outros pontos positivos foram: a inserção social e a produção intelectual. Foram feitas observações pelos coordenadores dos programas analisados.

Na discussão foram apresentadas as mudanças dos critérios em relação ao triênio anterior. O SIR foi extinto, já que foi considerado inadequado e não ocorrerão mais os problemas dele decorrentes no julgamento do CTC.

Foi discutida a importância do destaque na Proposta do Programa da vinculação da produção em relação à captação de recursos, muitas vezes não fica clara essa relação na avaliação dos programas. O número de pesquisadores do CNPq e bolsistas do MEC deve ser mencionado.

Em relação ao preenchimento, a coordenação aconselha que todos os pontos relevantes e características que possam ser favoráveis ao programa devem ser colocados na proposta do programa. Por exemplo, perda de docentes, que prestaram concursos em outras universidades. que permitem compreender os números apresentados. No relatório, dar ênfase para os últimos 3 anos. Quanto melhor o preenchimento, menor a probabilidade de erros na avaliação.

Foram feitas críticas em relação informatização da Capes, considerada como caixa preta, utilizada para ranquear os programas, sendo necessário buscar uma maior transparência.

A avaliação quantitativa muitas vezes prejudica os programas que têm características heterogêneas. Necessário um olhar mais ponderado sobre os números. Incomoda as curvas de produção, que às vezes não refletem as peculiaridades do programa.

Foi mencionado que podem ser também consideradas como formas de inserção social novos veículos, como blogs e twitters.

Apresentação dos Mestrados Profissionais, por Ethel Maciel e Suely Deslandes (Apresentação disponível na Biblioteca do Forum)

Objetivo: orientar o preenchimento do coleta Capes.

Maioria dos programas foi elogiada, coerente, infra, docente e financiamento. Dificuldades: incoerência entre linhas de pesquisa e áreas de concentração. Excesso de linhas de pesquisa e áreas. Ausências de disciplina importantes. Oferta de disciplinas de

metodologia. Informação de bolsas e recursos para os alunos. Confusão de projetos de docentes e discentes. Projetos de pesquisa experimental (fora da SC)

Excesso de disciplinas. Baixa oferta de recursos de informática.

Corpo docente – Dificuldades – Poucos projetos de iniciação científica e ausência de avaliação do impacto dos cursos no SUS.

Dependência de colaboradores

Registro de distribuição de atividades entre o corpo docente.

Proporção de docentes permanentes com orientação

Docentes em dois programas diferentes.

Docentes, pontos positivos: qualificação, estabilidade e dedicação corpo docente, baixo grau de endogenia

Em relação ao *corpo discente*

Pontos negativos:

Baixa relação discente/docente.

Desarticulação entre produtos e áreas.

Número de inscritos

Aplicabilidade dos trabalhos de conclusão.

Pontos positivos:

Pesquisa aplicada aos serviços

Tempo de titulação.

Produção intelectual

Dificuldades:

Desacordo com a proposta do programa

Qualidade da informação

Produção fora da área de concentração

Inserção social

Dificuldades: informações sobre as dissertações defendidas.

Falta informação sobre cooperações com outros cursos e programas.

Potencialidades:

Convênios com SMS SES

Qualidade informação

Dificuldades:

Explicar melhor entrada e saída de alunos

Disciplinas e AC

Docentes que saíram explicar

Registro da distribuição das disciplinas e docentes.

Pouca valorização cooperação técnica e repercussão social.

Falta informação produção técnica

Falta informação financiamento, número de inscritos em processos seletivos

Como são custeados

Falta informação sobre publicação de egressos.

Impacto da formação na região.

Na discussão foram destacados os seguintes aspectos: Como serão avaliados os MPs?

Vinculação com os serviços. Disciplinas obrigatórias. Formas de medir a produção intelectual, artigo científico. Os programas têm que ser de caráter permanente ou só para suprir uma demanda específica? MP isolados de MM e DD programas. Formas de financiamento? Parcerias. Mecanismos avaliação dos impactos? Avaliação dos egressos.

Pressão sobre as federais para criar MP.

Dia 11/08/09

Após debate foi decidido que a próxima reunião do Fórum de Coordenadores será em São Paulo, dia 3 e 4/05 de 2010.

Apresentações

Análise da Produção Intelectual 2007-2008 (Apresentação Biblioteca)

Comissão: Guilherme Werneck, Ivan França Jr, Moisés Goldbaum

- Atenção na interpretação dos indicadores para produção duplicada que pode não ter sido totalmente eliminada nos cálculos;
- Quesito IV: Prod Intel (40%); publ do Corpo Permanente (40%), distribuição CP (40%) e Produção técnica/patentes (20%).

Indicador 1: prod do programa/no. DP (Fig – distr pontuação media dos programa – toda produção do programa TUDO foi contabilizado; somente na produção individual dos DPs foi considerado trava na prod B4 e B5)

Proposto discussão geral sem identificar os Programas e depois identificar desempenho de cd PPG.

- discussão pontos de corte Muito Bom, Bom, Regular e Fraco.
- Proposto para MB corte pontuação media ≥ 300 para o biênio (~ a 3 A1 ou 6 A2 artigos média no biênio por programa), 200-300= Bom, 100-200= Regular, Fraco 50, Deficiente 25.
- Triênio: MB=450; B=300; R=150; Fraco=75; Deficiente = 45. Cada produção deve ser **contabilizada somente uma vez no PPG**, mesmo que tenha a autoria de mais de um docente.
- Este ponto de corte incluiu 19 dos 29 PPGs no conceito MB, com dois programas em Regular e 8 programas em Bom.
- A comissão adotou o critério de não descredenciar qualquer programa no triênio, dada a conturbação do período e ausência de critérios até o final.
- Pergunta: como estes pontos de cortes estão sendo definidos nas outras áreas?
Rita: ninguém fez isto ainda em outras áreas a partir de simulação dos dados de produção dos PPG no biênio.

Indicador 2: valor do percentil 20 em produção em pontos (atingir proporção de 80% dos DP com autorias qualificadas). Considerado autoria o número de publicações/DP independente se a publicação tem a participação de outros docentes, discentes ou outros participantes. Na simulação do biênio alguns PPGs não tiveram produção sem Qualis contabilizada.

- Biênio: MB= 200 ou superior; B 140-200; R 80 e 140; F 30 e 80; Def <30.
- Discussão sobre ‘coerência’ entre os 2 indicadores – disparidade observada em alguns programas que estão bem na media da produção mas desempenho regular no percentil 20 do PPG. Na simulação apresentada não foi contabilizada prod em livros.
- 9 PPGs entre 29 atingiram MB neste indicador.
- A análise da tendência deste indicador mostra que: houve uma mudança no perfil dos cursos 4, com maior acumulo de cursos a esquerda da curva em relação ao indicador 1; aumentou a dispersão dos cursos 5 e os cursos 6

“pioraram” em relação ao indicador 1 e aos outros cursos. Deve-se destacar que este indicador está subestimado, uma vez que a produção de livros não está contabilizada e os periódicos não classificados no Qualis não foram computados.

- Triênio: MB \geq 300; B =210; R = 120; F= 45, Def = 21.

Discussão:

- De que forma a área pode implementar/melhorar suas publicações/revistas? Precisamos publicar mais em revistas nacionais.
- Compatibilizar critérios para MP e Acadêmico em um mesmo Fórum.
- Moisés: citação/seleção de revistas para publicação com base no qualis. Editores de revistas nacionais recusam/devolvem trabalhos por não citar determinados trabalhos.
- Antônio: correlação entre os 2 indicadores está ruim.
- Bernardo: ‘ “adote um colega” (idéia de que os docentes menos produtivos se associem aos mais)– os 2 indicadores medem coisas diferentes e refletem que os grupos não estão trabalhando como grupo . Ainda que se possa flexibilizar os pontos de corte, os resultados sugerem que os programas devem melhorar cooperação interna.
- Guilherme: se vc colabora interna e externamente no programa faz parte da produção com quanto que todos produzam mais.
- Kenneth: produção focada em ciências sociais deveria ter critérios/indicadores diferenciados dado que a produção em epidemiologia puxa os pontos de cortes para cima; deveria se pensar em uma ponderação do indicador 2 para os programas com maior composição das áreas humanas e de gestão, dadas as diferenças nos modos de produção.
- Ethel: considerar proposta do Kenneth inclusive para programas com outras áreas de concentração que não epidemiologia ou mesmo ciências sociais;
- Maria Amélia: lembra que neste triênio será valorizada produção em livros e produção técnica que beneficiará programas com perfil menos ‘ epidemiológico’;
- Margareth (ENSP): respeitar a diversidade interna dos programas independente da produtividade. Preocupação: indicadores medem coisas diferentes que são importantes – importante exigir desempenho mais ‘ homogêneo’ do grupo/programa. Questão central como seremos capazes de lidar com ajustes considerando as diferenças entre os programas e o que realmente contribui para a Saúde Coletiva.
- Sérgio: Definir como atingir os pontos de corte: 300 pontos na produção corresponde a quantas publicações e que Qualis no triênio. O limite para cursos 4, por exemplo, é facilmente atingível e não deveria se pensar em diminuir. Qual será a política da área?
- Rita: atribuição no quesito no triênio anterior que o arredondamento era processado automaticamente pelo sistema. As áreas reclamaram, pois alguns

programas teriam notas ‘ artificiais’’. O CTC discutirá como processará o arredondamento. Atualmente há uma norma do CTC para todas as áreas. Em relação aos comentários do Kenneth, há áreas que adotam critérios/qualis diferenciados internamente. Sugestão: re analisar as planilhas separadamente por área (epidemiologia /ciências sociais).

- TARDE:
- Fernando: deveríamos considerar o custo de cada artigo e demonstrar os investimentos e captação de recursos em relação a produção;
- Indicador da Capes 80% dos orientadores permanentes com produção – deveríamos nos debruçar sobre este indicador especialmente levando-se em conta a diversidade de produção;
- Heloisa: por que não se pode alterar esse indicador? Rita esclarece que isto já foi aprovado no CTC e para todas as outras áreas;
- Kenneth: acredita que ele nem foi bem entendido na colocação pela manhã. Diz que não condena autoria com múltiplos autores. Em relação a proposta dos 80% isto penaliza programas que tem maior diversidade. Mas como Guilherme bem colocou pela manhã usar esses 2 indicadores isto já é um avanço mas precisamos rever os critérios de classificação de produção em áreas diferentes;
- Leni: sugere redução do ponto de corte de 300 para 280, para o percentil 20 baseado no desempenho do biênio + 1 publicação B1 que contempla boa parte da produção na área. Neste ponto a meta seria de 4 artigos B1 no triênio para 80% dos DP, o que pode ser atingido nas revistas nacionais de maior veiculação (Cadernos, Physis, Rev Abrasco, etc.).
- Rita: próximos passos: vamos examinar o ‘empírico’, incluir a produção técnica e de livros para só então batermos o martelo. Rita pede incluir na planilha da produção indicar na linha do docente de que área: Epidemiologia, Ciências Sociais, Política/Gestão e Planejamento, área Básica ou clínica.
- **Webqualis: Rita informa que em outubro será reaberto para classificação de novos periódicos nas áreas (com base na produção na área). Solicita enviar informações/indicações de erro de classificação no Qualis periódicos da área;**
- Qualis eventos: será analisada a produção discente;
- Fernando questiona que deveriam ser explicitados os critérios de classificação dos periódicos;
- Ricardo enviará nova planilha para que os coordenadores indiquem nas linhas dos DP a área principal de atuação.
- Maria: as planilhas e identificação dos programas na avaliação dos indicadores serão divulgadas no sitio do Fórum;
- **Qualis livro**

- Rita: Definição, critérios de seleção – todas as áreas concordaram que serão computados somente livros decorrentes de pesquisa/produção empírica; demais tipos de livros (Didáticos, técnicos) serão computados na produção técnica. Classificação: L4 – se receberam 75 pontos ou mais (a partir da ficha de pontuação); L3 – se receberam entre 60 e 74 pontos; L2 – se entre 45 e 59 pontos; L1 – entre 30 e 44; LC menos de 30 pontos. A pontuação para capítulos respeita a decisão do fórum de abril, de 80% da pontuação de um artigo, adaptada para os 4 estratos criados. E mantida a decisão de que no Máximo dois capítulos em coletâneas serão computados por autor.
- Marcelo: Como fica a produção de livro eletrônico – será Tb computada da mesma forma.
- Ricardo: apresenta planilha de produção dos programas com alterações para informar área de atuação principal e prod em livros/capítulos. Discutida com algumas sugestões (incluir Periódicos sem Qualis informando ISSN para auxiliar classificação). Aprovado – será inserido no sitio do Fórum.

Mestrado Profissional

- Rita apresenta Portaria que define e regulamenta MPs. A capes define que haverá editais em chamadas públicas de interesse do governo para apresentação de propostas de MP. Reconhecido nacionalmente equivalente ao acadêmico e definido como modalidade de formação pós-graduada strictu sensu.
 - Discussão
 - Sotero: segundo o presidente do CNPq, médicos com residência deveriam ser candidatos direto para o doutorado; Moisés – doutorado direto não exige mestrado.
 - Rita/Bahia: há vantagens ou não em conduzir MP?
 - Rita Barradas: o programa deve avaliar sua vocação/perfil para decidir oferecer um MP. Área requer que as propostas de MP já sejam encaminhadas com financiamento;
 - Rita: item polêmico da portaria: Art 5o. Os cursos de MP poderão ser propostos pro instituições de ensino e centros de pesquisa (não é exclusivo de instituições de ensino superior).
- Amélia/Bernardo: empregabilidade se aplica bem nas engenharias – o escopo dos MP na Saúde Coletiva isto não se aplicaria quando se tem MP vinculado as secr. de saúde;
- Rita: docente permanente pode ser de qualquer outra instituição
 - Leni: positivo que se diferenciem MP de MA; não podemos deixar que o MP vire um sensu lato; saúde coletiva que tome as rédeas para criar um grupo que valorize a inserção do técnico, garantindo-se programa sensu stricto
 - Mariângela: Duvida da vinculação empregatícia do profissional servidor público com remuneração no MP;
 - Ana Menezes: relato no PPG de Pelotas – nutricionistas DP do programa encaminharam proposta de MP. Foi interpretado que os professores fariam parte de 3 programas e o MEC exigiu que os professores informassem por escrito que abririam

mão do MA em Epidemiologia pois havia Tb o MP em Saúde Pública baseado em evidências;

- Gislaine (UFJuiz de Fora): não fica claro fonte de financiamento dos MP ; há necessidade de maior reflexão pois quando se diz que os diplomas são equivalentes mas a exigência do corpo docente no MA é muito diferente – esses diplomas não podem ser equivalentes.

-Proposta de criação de um grupo de trabalho para o MP. Dois eventos: 02/09 – coletânea de MP: tema Avaliação a partir de 10h na Fiocruz; 7-9/10 UFRJ Fórum Nacional sobre o MP – importante participação da área SC para produção de um documento a ser enviado para a Capes sobre o MP.

Rita: As decisões sobre a criação de critérios e a avaliação serão de responsabilidade de cada área, como compromisso público da Capes. E um dos grandes desafios e como valorizar os aspectos tecnológicos (inclusão de professores não acadêmicos ou titulados, contabilização de diferentes produtos finais, etc.) sem o risco de cair num perfil *de lato sensu*.